

Crianças e Internet, Riscos e Oportunidades
Um desafio para a agenda de pesquisa nacional

Cristina Ponte; Nelson Vieira

Universidade Nova de Lisboa; Universidade Técnica de Lisboa

Projecto EU Kids Online Portugal

Resumo

Esta comunicação apresenta os resultados encontrados pelo Projecto europeu *EU Kids Online*, na caracterização da pesquisa sobre crianças e Internet nos 18 países participantes, entre os quais Portugal. Identificados e analisados 235 trabalhos produzidos entre 2000 e 2007, assinalam-se traços comuns, lacunas encontradas e sugestões para uma agenda de pesquisa que desafia também os investigadores portugueses.

Palavras-chave:

Crianças e Internet; Pesquisa; Metodologias;

Introdução

Na União Europeia (UE), mais de metade da população abaixo de 18 anos usa a Internet, num uso galopante de acordo com a idade: 9% das crianças abaixo dos seis anos; uma em cada três das crianças de seis e sete anos; uma em cada duas com oito e nove anos; mais de quatro em cada cinco entre os 12 e os 17 anos. Com variações geográficas (com a Grécia, Bulgária e Portugal a apresentarem os valores mais baixos), a expansão do uso da Internet por crianças e jovens compreende riscos e oportunidades que importa conhecer para que sejam minimizados os primeiros e potenciadas as segundas.

O projecto *EU Kids Online* (2006-2009) reúne 18 países europeus: Áustria, Alemanha, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estónia, França, Grécia, Holanda, Islândia, Noruega, Polónia, Portugal Reino Unido, República Checa e Suécia¹. Integrado no

¹ Em Junho de 2007, entraram para este Projecto mais três países: Chipre, Finlândia e Irlanda.

Programa *Safer Internet Plus*, da Comissão Europeia, visa fazer o levantamento da pesquisa sobre crianças e novas tecnologias e procurar compreender como essa pesquisa se relaciona com os ambientes sociais e culturais dos países onde se realiza. Entre os seus objectivos, encontra-se a identificação das características dessa pesquisa sobre a relação de crianças e jovens com o digital: O que tem sido pesquisado? Que destaque tem sido dado aos riscos e às oportunidades que envolve? Que crianças e jovens (de que idades, género, meio sócio-económico) têm sido alvo da pesquisa? Quem tem feito pesquisa? Com que metodologias? Quem a financia?

A este diagnóstico da situação seguem-se linhas de pesquisa do Projecto que procuram responder, numa perspectiva comparada, aos porquês das diferenças encontradas a nível das condições de pesquisa, dos contextos nacionais, dos resultados e das metodologias, contribuindo com essa reflexão também para recomendações de políticas públicas concertadas nesta matéria, a nível europeu.

Assim, a primeira fase do projecto *EU Kids Online* consistiu na identificação de estudos, a nível nacional ou reunindo vários países, que focassem: 1) crianças e jovens (menores de 18 anos), as suas famílias e ambientes informais de uso das tecnologias²; 2) tecnologias em linha, sobretudo mas não apenas a Internet, com foco nos usos e nas questões de risco; regulações e pesquisa empírica europeia, com especial atenção à que abrangia os 18 países do estudo. Em cada país, as equipas nacionais procederam ao inventário de estudos junto de comunidades científicas, empresas e outras entidades, e reuniram-se contributos internacionais. Até ao início de 2007 foram identificados e analisados 235 estudos, realizados entre 2000 e 2006, cujas fichas de identificação se encontram disponibilizadas na base de dados (*Data Repository*) do Projecto. São os resultados desse levantamento que aqui se apresentam, primeiro sobre o que foi encontrado em Portugal e depois em traços gerais, com indicações para a agenda de pesquisa neste campo³.

² O contexto de uso da Internet na sala de aula, onde existe bastante pesquisa em Educação, não foi aqui incluído.

³ O relatório *What do we know about children's use of online technologies? A Report on Data Availability and Research Gaps in Europe* pode ser consultado na íntegra no site do Projecto, em www.eukidsonline.net.

A pesquisa sobre Crianças e Internet em Portugal

Portugal surge em 19 estudos nesta primeira fase, 10 dos quais produzidos no país e os restantes internacionais: dois estudos do Eurobarómetro e sete projectos de pesquisa envolvendo vários países e onde estiveram envolvidos investigadores portugueses.

Estudos nacionais

Dos 10 estudos realizados no país, a quase totalidade são trabalhos académicos: oito dissertações de mestrado e uma tese de doutoramento. Os estudos focam-se em crianças e jovens, em amostras não representativas e subnacionais. As metodologias quantitativas recorrem sobretudo a questionários de auto-preenchimento, um deles via Internet, enquanto as qualitativas incluem principalmente entrevistas e observação participante.

A Educação é o campo de origem de vários pesquisadores, na maioria docentes, que investigam ambientes informais de uso da Internet por alunos em contexto escolar (jogos, salas de *chat*), desenrolando-se a pesquisa ao longo de um ano lectivo. Alguma pesquisa poderia ser mais reflexiva quanto a possíveis constrangimentos resultantes do ambiente escolar da relação entre pesquisador e grupo pesquisado. Da Sociologia provém outro conjunto de investigações, incluindo a Sociologia da Infância, Sociologia da Juventude, a Sociologia dos Media e da Cultura. Um estudo provém da área da Economia e Marketing. Alguma pesquisa recebeu apoio parcial por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), outra envolveu uma empresa fornecedora de acesso e de conteúdos, mas a maioria realizou-se sem financiamento externo.

Nestes estudos nacionais, nota-se a ausência de pesquisa proveniente das Ciências da Comunicação e da Psicologia Social, para referir apenas dois enquadramentos teóricos cuja ausência tem um impacto óbvio no traçado metodológico da pesquisa (por exemplo, não há metodologias de análise de discurso). Há também lacunas nos contextos de uso informal, uma vez que predominam escolas, bibliotecas e outros espaços públicos.

Para além da atenção ao uso de novas tecnologias, sobretudo a Internet, em contextos educacionais não curriculares, houve também atenção à interacção e a redes sociais *online*, sendo de novo a escola o espaço privilegiado para observação e análise destas práticas. De uma forma abrangente, os estudos incidiram sobre os seguintes aspectos: a integração da

rede em actividades de jardim-de-infância; usos da Internet e de jogos de computador na escola; interacção e redes sociais; capacidades das crianças no uso da Internet; a Internet como meio para ultrapassar a exclusão em regiões periféricas; culturas juvenis e o uso da Internet na produção cultural e a participação política; crianças como consumidores e a Internet como canal de comunicação para vender produtos e serviços.

Assinale-se nestes estudos a ausência de questões relacionadas com o risco. As atitudes e comportamentos de crianças e jovens em matéria de segurança e riscos relacionados com conteúdos e contactos, quer como seus destinatários quer como promotores de situações de risco, ainda não entraram na agenda. Escasseia também a pesquisa orientada para variáveis como o género, feminino ou masculino, e com as diferenças de idade, de estatuto sócio-económico ou de condições de acesso. As famílias e as suas formas diferentes de mediação estão também quase ausentes.

A pesquisa académica parece, assim, ter seguido a percepção social optimista com que a Internet tem sido configurada nos discursos públicos do país, onde o “choque tecnológico” tem sobretudo valorizado as suas potencialidades.

Estudos internacionais

Os estudos internacionais em que Portugal participou assentam quer em metodologias qualitativas (entrevistas e observação participante), quer em metodologias quantitativas (questionários). As amostras são principalmente representativas transnacionais (estudos do Eurobarómetro, Mediapro e *Internet usages in Europe: Security and Trust*, do Eurostat), nacionais (*Internet usage of individuals and enterprises in 2004 e 2005*, também do Eurostat) e subnacionais (*A Digital Childhood*, do SINTEF). O estudo *Les jeunes et Internet. Représentations, usages et appropriations*, do CLEMI, assenta, por seu turno, numa amostra não representativa.

Nestes estudos internacionais, que contaram com a participação de sociólogos e investigadores em Ciências da Comunicação portugueses, crianças, pais e educadores constituíram grupos-alvo. Assinala-se a presença de questões relacionadas com os riscos, que incidem, sobretudo, na exposição a conteúdos ilegais e a conteúdos lesivos ou ofensivos, nos contactos com estranhos (pedófilos, *grooming*, *chatrooms*), no *cyberbullying*

e nos conteúdos produzidos pelo utilizador. Outros riscos assinalados dizem respeito a material de natureza sexual, violenta e racista, a invasões de privacidade (*spam*, vírus, etc.) e à publicidade, exploração comercial e desinformação.

Para além dos riscos, outros aspectos foram objecto de análise, a saber: acesso e utilização da Internet; competências e capacidades das crianças no uso da Rede; interesses, actividades e aprendizagem *online*; jogos *online* e jogo de identidade; estratégias para encontrar informação na Internet; redes sociais; interpretação dos conteúdos; preocupações e frustrações das crianças; diferenças de género nas experiências *online* e efeitos/consequências de estar *online* (por exemplo, o fosso digital, o desenvolvimento de competências sociais e o bem-estar). Acrescentem-se ainda o conhecimento dos pais e educadores sobre as práticas das crianças e sobre os riscos da Internet; a regulação dessas práticas e o interesse em procurar mais informação sobre a utilização mais segura da Net; as respostas das crianças à regulação (evitar filtros, regras, etc.); as competências e a literacia dos media e da informação dos pais e, finalmente, as suas preocupações e atitudes face às tecnologias *online*.

Todos estes estudos internacionais foram financiados pela Comissão Europeia (CE), exceptuando o estudo *A Digital Childhood*, cujo apoio proveio do National Research Council of Norway.

Traços gerais da pesquisa encontrada nos 18 países

A partir do tratamento estatístico dos 235 estudos e da sua discussão foi possível identificarem-se padrões e lacunas da pesquisa, contribuindo para a identificação de novos temas:

- O número de trabalhos encontrados varia com os países, com mais pesquisa na Europa do Norte do que noutras regiões, com poucas excepções. O país com mais estudos foi o Reino Unido (50), seguido da Alemanha e da Bélgica (ambos com 33). A quantidade de pesquisa em vindo a aumentar com o tempo e é de esperar que continue a crescer nos próximos anos, a um ritmo ainda mais rápido.

- A maioria da pesquisa centra-se nas crianças, mas também há pesquisa sobre pais, professores e outros adultos, relevantes na medida em que são informantes sobre as actividades das crianças na Internet.
- A maior parte da pesquisa é de âmbito nacional, embora o financiamento de pesquisas que reúnem vários países, pelo Programa *Safer Internet Plus*, tenha contribuído para resultados que permitem comparações directas entre países.⁴
- Encontraram-se poucos estudos publicados em revistas científicas de elevada qualidade, submetidos a um processo de avaliação para publicação.
- Embora alguma pesquisa inclua pais, professores e outros adultos, a maioria incide sobre crianças e jovens, em particular nestes últimos. Para isso contribui o facto de muita pesquisa sobre Internet tomar como alvo adultos e populações acima dos 15 anos, para as quais não é necessária autorização parental. Por contraste, é escassa a pesquisa sobre as crianças mais novas, embora se reconheça que cada vez mais cedo têm acesso e se iniciam no uso da Internet.
- Os tópicos mais pesquisados e presentes em todos os países são o acesso e o uso da Internet, seguidos da atenção aos seus interesses e actividades *online*. O acesso à Internet através do computador tem sido mais pesquisado do que por plataformas como o telemóvel ou consolas de jogos. A desigualdade no acesso por parte de crianças não parece ter sido muito estudada. No que se refere a usos, as novas possibilidades de produção de conteúdos (*blogs, podcasts*) também não estão ainda estudadas.
- O segundo conjunto de tópicos incide em destrezas desenvolvidas *online*, redes sociais e diferenças de experiências na Internet entre rapazes e raparigas. Seguem-se os jogos, os efeitos de estar *online*, as preocupações das crianças e apresentação da sua identidade. Os tópicos menos presentes na pesquisa sobre Internet são a participação cívica e política, a interpretação de conteúdos, a criação de conteúdos, a procura de conselhos e as estratégias para encontrar o que se procura.

⁴ É o caso, nomeadamente, do Projecto Mediappro, onde participou a Universidade do Algarve.

- É relativamente escassa a pesquisa sobre a mediação dos pais, as regras que estabelecem, o seu conhecimento, atitudes e preocupações sobre as práticas das crianças e a sua consciência dos riscos.
- Nas categorias de risco (conteúdos, contactos, comerciais e violação da privacidade), a maioria da pesquisa centra-se em conteúdos, em especial a exposição a conteúdos ilegais ou prejudiciais (violência, incitação ao ódio). Há uma menor atenção a riscos resultantes de contactos com estranhos e ainda menos a riscos promovidos por crianças e jovens enquanto sujeitos activos.
- O corpo de pesquisa empírica foi financiado sobretudo por governos nacionais. Empresas comerciais (Alemanha), fundações públicas, institutos de pesquisa e a própria UE foram também financiadores importantes, bem como instâncias de regulação (Noruega, Reino Unido). Em países onde escasseiam fundos externos, teses de mestrado e de doutoramento foram uma importante fonte de informação, como aconteceu em Portugal.
- Os financiamentos governamentais têm apoiado uma gama vasta de tópicos de pesquisa, a pesquisa académica orienta-se mais para as consequências e os contextos do uso, as empresas prestam mais atenção a dimensões negativas do que positivas dos usos, e os reguladores e organizações de defesa das crianças (quando podem financiar) preocupam-se sobretudo com os riscos.
- Muita da pesquisa académica provém de departamentos de Educação, Informática e Psicologia, com variações entre os países, embora essa origem nem sempre seja fácil de determinar a partir das publicações. Teria vantagem a constituição de equipas multidisciplinares que suscitasse uma imagem multidimensional dos usos da Internet em contexto. No conjunto da pesquisa, tem peso elevado a investigação orientada para o mercado, mais descritiva do que analítica.
- A escolha da metodologia também afecta os resultados disponíveis. A maioria da pesquisa encontrada recorre a metodologias quantitativas, que sublinham a frequência e a distribuição de certas actividades num dado grupo alvo de estudo. Escasseia a pesquisa qualitativa ou combinada, que proporcione uma maior compreensão das experiências e percepções vividas por crianças e jovens, como situam as actividades *online* no que se

refere a potencialidades e controlo de riscos, como lidam com situações semelhantes *off line*, no contexto do seu dia-a-dia.

- A pesquisa não académica tende sobretudo a ser quantitativa e nalguns países foi encontrada mesmo muito pouca pesquisa qualitativa (Holanda, Islândia), enquanto noutros países se encontrou pesquisa combinando metodologias quantitativas e qualitativas (Dinamarca, França, Portugal). Não surpreende que a pesquisa sobre crianças mais novas seja principalmente de tipo qualitativo.

Lacunas a colmatar

Algumas das lacunas dos resultados destes estudos podem contribuir para orientar a pesquisa futura:

- Crianças dos primeiros ciclos de escolaridade e ainda mais novas estão a começar a aceder cada vez mais cedo, mas a maioria da pesquisa incide sobre as mais velhas. A pesquisa sobre crianças com menos de 12 anos deverá ser uma prioridade, uma vez que as actividades a que têm acesso podem desafiar a sua maturidade para lidarem com situações de risco que desconhecem. É muitíssimo escassa a pesquisa sobre crianças mais novas que inclui questões sobre riscos.

- Muita pesquisa sobre as tecnologias *online* foca-se na Internet fixa, disponível no computador. Contudo, as crianças acedem hoje à Internet por outras plataformas (telemóveis, consola de jogos, etc.), pelo que a pesquisa também deveria ter essas práticas em atenção, bem como questões de risco e segurança, mediação parental e literacia digital.

- Algumas actividades *online* exigem mais atenção da pesquisa, como as questões sobre participação cívica (importante para reequacionar a aparente apatia política dos jovens), a interpretação e avaliação de conteúdos *online* (importante para a literacia digital), a criação de conteúdos (importante para a identidade, expressão e criatividade) e certos tipos de pesquisa (como aconselhamento).

- Sobre literacia digital, a pesquisa tem privilegiado mais as destrezas das crianças no acesso e uso dos recursos *online* do que as capacidades para exercerem uma avaliação crítica do que encontram ou mesmo a criação de conteúdos da sua própria escolha;

- Em muitos países escasseiam conclusões sobre aprendizagem, enquanto actividades de entretenimento têm sido mais pesquisadas nos países do norte da Europa. É também nestes países que se encontra mais pesquisa sobre participação cívica, redes sociais e género, este último tema sobretudo presente na Suécia, Reino Unido, Noruega e Dinamarca.
- As questões sobre regulação parental tendem a centrar-se demasiado nos pais, ignorando as respostas das crianças a essa regulação. Quando a pesquisa se dirige tanto a pais como a filhos, contudo, as discrepâncias nas suas respostas sublinham a importância de procurar compreender as experiências próprias das crianças.
- Quando a pesquisa equaciona as atitudes ou preocupações genéricas de pais e crianças, raramente explora a real dimensão de certas medidas de segurança, como o uso de filtros ou mesmo a literacia dos media por parte dos pais. A pesquisa futura deverá analisar de que modos e quando é que os pais activam as orientações de segurança, bem como avaliar os seus benefícios (ou outros efeitos).
- Embora exista um corpo razoável de estudos sobre riscos associados a conteúdos, a contactos e a privacidade, existem poucos sobre riscos comerciais. A exposição à publicidade, a patrocínios e a outras mensagens comerciais tem sido motivo de preocupação nos media audiovisuais e outros, e deveria também estar presente na exposição de crianças a conteúdos comerciais *online*.
- Alguns riscos foram ainda pouco pesquisados, apesar da sua importância na agenda pública. É o caso de riscos de conteúdos que constituem desafios (como suicídio, anorexia, drogas, etc.), de conteúdos produzidos por crianças e jogos de apostas.
- Escasseia ainda também a pesquisa sobre como crianças (ou pais) lidam com o risco do ambiente *online* e como lhe respondem, que tem sido mais centrada no caso do que nas suas consequências, nas estratégias para lidar com a situação ou nos efeitos a longo prazo da exposição ao risco.

Necessidades e desafios para novas pesquisas num campo emergente

São muitos os desafios que se colocam a investigadores, a partir deste levantamento do que tem sido estudado e como tem sido:

- Por vários motivos, é necessária a pesquisa multidisciplinar, com combinação de métodos e de contextos, para conhecer não só o que as crianças fazem quando estão *online* mas também como agem e com que consequências.
- Este é um campo de pesquisa cujos resultados depressa ficam desactualizados, dado o ritmo de alterações nas tecnologias, nas instituições que as promovem e regulam, e nas próprias práticas das crianças. Por conseguinte, mesmo nos países onde existe bastante pesquisa, as conclusões devem continuar a ser actualizadas.
- Por vezes a pesquisa é apresentada de modo pobre, deixando escapar informação relevante, ou é difícil aceder a ela. Há que melhorar a qualidade, o rigor e a acessibilidade pública da pesquisa produzida neste campo.
- A pesquisa deve seguir as tendências do uso, no rasto de novos riscos e das actividades em linha realizadas por novas populações, mais novas, etc. É muito relevante a atenção às experiências de crianças e jovens, incluindo as suas considerações sobre riscos. As considerações sobre riscos (conteúdos ilegais, violência sexual, pedofilia, *grooming*, *cyber-bullying*, *stalking*, actividades ilegais como o *hacking* e o terrorismo, etc.) e sobre oportunidades (acesso à informação global, entretenimento, jogos, participação cívica ou política, envolvimento na comunidade/activismo, literacia, etc.) por parte de crianças e de adultos não coincidem em muitos aspectos. Além disso, é inerente à condição da infância e sobretudo da adolescência o desejo de arriscar, de forçar as barreiras e de escapar à vigilância dos adultos.
- A necessidade de mais pesquisa sobre crianças mais novas comporta desafios significativos no que se refere a financiamento, metodologias e questões éticas (como a exposição a conteúdos “para adultos”), tal como a pesquisa sobre a natureza privada de muita actividade *online*.
- Foram encontrados apenas dois estudos longitudinais, de longo prazo, ambos em curso, estando a maior parte da pesquisa sobretudo virada para a natureza e as consequências do uso da Internet a curto prazo. São necessários estudos mais complexos para se compreender as implicações vastas do uso das tecnologias *online* a longo prazo.
- O uso da Internet por crianças é um fenómeno complexo, especialmente no que diz respeito a riscos. Defende-se a importância de reunir várias perspectivas teóricas no que se

refere a teorias e métodos, de modo a poder compreender na sua globalidade as várias dimensões do seu uso da Internet, incluindo a incidência de certas práticas na população, as próprias percepções das crianças e as dos seus pais e como ambas se articulam com o contexto do uso quotidiano da Internet.

- A interpretação de resultados neste campo assenta principalmente em comparações entre as actividades do mundo real das crianças (*offline*) e as actividades ou riscos *online*, considerando que as primeiras estão a transferir-se para o mundo virtual, ou que este está a ser muito mais rápido do que aquele. Na grande maioria dos casos, contudo, a pesquisa das actividades *online* presta pouca atenção às vidas das crianças quando estão *offline* (como as suas redes sociais, relações com a família, atitudes face ao risco, modos como lidam com a pressão psicológica). Isto dificulta a capacidade para chegar a conclusões sobre a pesquisa existente e representa, por isso, um desafio metodológico, prático e teórico.

- É necessária uma maior discriminação quanto às actividades *online* das crianças e os recursos que usam, para permitir diferenciar diferentes tipos de conteúdos violentos ou pornográficos e identificar os contextos em que surgem situações de assédio ou de contactos indesejados (sala de conversação, jogo partilhado, rede social, e-mail, etc.).

- A agenda do risco continua a ser liderada por adultos, é muitas vezes configurada como “pânico moral” pelos meios de comunicação social e, por isso, foca-se na pornografia, no contacto com estranhos, em conteúdos violentos, etc. Não tem sido assim suficientemente orientada por provas objectivas de situações prejudiciais concretas, sejam de natureza criminal (como a incidência do abuso sexual ou raptos com fins criminosos) ou médica (como a incidência do suicídio juvenil ou tentativas de auto-destruição). Não é ainda também suficientemente reflexiva sobre a agenda de preocupações das próprias crianças e jovens (onde o *bullying*, o abuso da identidade ou o ódio racial ultrapassam a pornografia e mesmo o perigo dos contactos com estranhos).

- A agenda de pesquisa continua também a uma certa distância da agenda dos reguladores: muitos estudos identificam problemas e concluem que algo deve ser feito, mas não se focam nem avaliam as propostas de solução apresentadas por certas políticas públicas. Esta situação reflecte-se num sentido generalizado de preocupação sem realmente contribuir

para orientar a agenda dos reguladores. Por outro lado, nem sempre são facilitadas ou tornadas acessíveis aos pesquisadores quais as janelas que se abrem num dado momento.

As chaves do debate

A Internet está a converter-se vertiginosamente numa parte da nossa vida quotidiana e está a levantar novas questões acerca do acesso e das desigualdades, da natureza e qualidade do uso, das suas implicações no desenvolvimento social e educativo das crianças e, finalmente, sobre o equilíbrio entre os perigos e as oportunidades por ela criadas, tanto para crianças e jovens como para as suas famílias.

Num país como Portugal, marcado por um fosso geracional significativo no que diz respeito ao acesso e uso das novas tecnologias, crianças e jovens são vistos com ambivalência: por um lado, são apelidados como a “geração digital”, pioneiros no desenvolvimento das capacidades *online* e com conhecimentos tecnológicos superiores aos dos adultos que os rodeiam; por outro, como um colectivo vulnerável, imerso num crucial, mas frágil processo de desenvolvimento social e cognitivo, no qual os meios de comunicação, e concretamente a Internet, pressupõem um risco potencial.

Não há dúvida de que a Internet é uma ferramenta benéfica para as crianças e que elimina muitas das limitações de tempo e espaço que estas encontram no mundo “real”. A Rede aumenta o seu acesso à informação para fins educacionais, permite o estudo em grupo, oferece a oportunidade de contactar com outras pessoas sobre uma variedade quase infinita de assuntos e interesses, e aumenta também os seus círculos de conhecidos e amigos *online*. Apesar disso, influenciados pelos meios de comunicação, cuja atenção se centra muitas vezes nos perigos e riscos potenciais da Rede, e ligado a algumas experiências pessoais, os pais e a sociedade em geral têm vindo a mostrar grande preocupação sobre os aspectos menos úteis e de segurança que podem resultar do uso da Internet. Enquanto que somente uma parte mínima do material que se pode encontrar na Internet pode ser classificado como nocivo, essa pequeníssima fracção é enormemente visível e controvertida.

Ainda que a definição de risco e os limites que dele derivam inclua sempre uma componente subjectiva, é certo que o risco existe. Tendo em conta a natureza da Internet e a forma como as crianças e os adultos a utilizam, é provável que alguns se tenham exposto

alguma vez a conteúdos inapropriados ou tenham sofrido más experiências. Mas também existem conteúdos violentos, pornográficos ou xenófobos nos meios de comunicação tradicionais e é possível encontrar pessoas pouco convenientes em qualquer outro lugar.

Por outro lado, existe uma associação forte e em sentido positivo entre as oportunidades e os riscos: aumentar as oportunidades, aumenta os riscos e, portanto, limitar o uso da Internet, diminui, não só os riscos, mas também as oportunidades. Por isso, é necessário colocar os riscos decorrentes do uso da Internet em destaque e oferecer uma valoração equilibrada dos diferentes enfoques que podem ajudar os pais e outros adultos a enfrentar esta questão de forma construtiva, em vez de se tomarem medidas de tipo restritivo ou limitativo.

Em termos de interesse nacional, a sociedade - pais e educadores, operadores, reguladores - deve estabelecer um equilíbrio entre duas prioridades: proteger as crianças e permitir o seu desenvolvimento pleno, entre oportunidades e riscos. Contudo, estas prioridades podem parecer, por vezes, contraditórias: Pode proteger-se as crianças dos conteúdos inapropriados sem lhes negar o acesso a conteúdos educativos, válidos e atractivos? Podem minimizar-se os perigos sem reduzir as oportunidades? Estas questões são o ponto capital do dilema com que nos defrontamos actualmente.

Riscos e oportunidades

Como ponto de partida para a questão dos riscos e oportunidades criados pela Internet, deve tomar-se em consideração a seguinte premissa: a Internet em si mesma não é boa nem má, depende do uso que se faça dela.

A segunda das ideias básicas a destacar é a de que a Internet, para além de um possível risco, é também, e sobretudo, uma oportunidade. As oportunidades com que brinda o ciberespaço são quase ilimitadas: a Internet é, na actualidade, um elemento chave na educação, iguala as classes sociais ao permitir o acesso às mesmas informações, possibilita a interacção com pessoas de outros países e culturas, serve como ferramenta integradora para os incapacitados e aumenta as possibilidades de entretenimento, entre muitas outras vantagens.

Em terceiro lugar, a Internet é uma realidade. Trata-se de uma ferramenta utilizada de maneira habitual por crianças e jovens, tal como o demonstram diversos estudos internacionais. Essa situação põe em relevo o facto de que, tal como os adultos, não poderem ficar à margem do seu uso sob pena de ficarem excluídos do futuro mercado laboral e isolados da actual Sociedade da Informação.

De uma forma geral, os riscos que geram maior preocupação são os que têm uma natureza social, ou seja, os que podem ter um forte impacto na vida social, emocional e física de crianças e jovens. Atendendo a este factor e à existência de situações que podem constituir-se como um risco, poder-se-á optar por dividir o perigo potencial em três categorias: o risco procedente da navegação pelas páginas *web* (o dano procede do material ou conteúdo da *web*); o risco procedente da participação em serviços interactivos (o dano potencial reside nas pessoas e no comportamento) e os riscos derivados do excesso de tempo de exposição (os sectores mais pessimistas normalmente argumentam que os conteúdos do ciberespaço provocam o vício e o isolamento social).

Apesar dos possíveis riscos mencionados, cabe destacar que o maior risco da Internet não deriva do seu uso, mas sim do seu “não uso”, já que a Internet se converteu na ferramenta básica de troca de informação do século XXI. Portanto, aqueles que não estão educados para interactivar e comunicar com a tecnologia ficam em clara desvantagem.

As vantagens e oportunidades que a Rede das redes oferece são evidentes. Em todo o mundo, os mais jovens utilizam cada vez mais a Internet como uma fonte de informação, comunicação, socialização e entretenimento. A Internet permite aos jovens cultivar diferentes pontos de vista e oferece um acesso à informação mais igualitário.

Apesar das vantagens da Internet serem sobejamente conhecidas, considera-se aqui oportuno destacar uma das principais oportunidades com que a Rede nos brinda e que tem, todavia, um longo caminho a percorrer: a oportunidade educativa.

Uma das perguntas que se coloca a este respeito é a seguinte: O acesso à Internet melhora o rendimento escolar? Ainda que não seja fácil separar os efeitos do acesso em si mesmo de outros factores, existem fortes indícios de que o acesso à Internet a partir de casa fortalece e acelera a aprendizagem. Diversos estudos demonstraram que os estudantes com acesso,

tanto em casa como na escola, têm melhores resultados académicos do que aqueles que têm acesso unicamente na escola.

No nosso país, e apesar de praticamente todas as escolas terem acesso à Internet, muito poucas estão a rentabilizar ao máximo esse potencial ilimitado, integrando o computador na aula. É um facto comprovado que os estudantes com ligação à Internet na sala de aula, em oposição àqueles que a utilizam num lugar comum, como a biblioteca ou numa aula de informática, mostram maiores progressos e obtêm melhores resultados.

Mas a Internet pode ir muito mais longe. A Rede pode ajudar a envolver mais os pais na escola. Existem também investigações nesse sentido que demonstram que a implicação dos pais é um elemento essencial para os resultados escolares dos alunos. A Internet é um instrumento sem igual para ligar os pais com as actividades escolares, a aprendizagem na sala de aula e o progresso individual do aluno.

O papel da família e o fosso geracional

A riqueza da Internet e a sua mais-valia como instrumento de trabalho radica evidentemente na variedade e disponibilidade da informação que contém. As páginas de entretenimento na Internet, os jogos, etc., não diferem muito daquilo que é actualmente oferecido pelas consolas de videojogos e outros media. Isto quer dizer que, sem retirar importância à faceta lúdica desta ferramenta, consideramos que pedagogicamente o mais interessante é, sem dúvida, a vasta gama de conteúdos educativos. E é aqui que encontramos o primeiro problema, se crianças e jovens que se iniciaram na navegação na Rede, se tiverem centrado basicamente na oferta de entretenimento.

É aqui evidente o importante papel que a família poderia desempenhar, ao iniciar as crianças no manuseamento da Internet a partir de casa e na companhia dos pais. Contudo, existem duas circunstâncias que salientam a necessidade de utilizar outra via formativa mais profissionalizada. Em primeiro lugar, são muitas as crianças que não dispõem dos meios necessários para ter um computador e uma ligação à Internet em casa. Em segundo lugar, estamos conscientes de que o manejo da Internet é tampouco maioritário entre os adultos e que, por isso, na maioria dos casos os pais não podem ensinar os filhos este tema tão específico. Apesar das dinâmicas de mudança registadas em Portugal nos últimos anos,

este problema continua a persistir, sendo agravado pelo fosso digital entre gerações no uso das novas tecnologias, em especial da Internet.

O desafio para as Ciências da Comunicação

A atenção dada ao estudo da relação de crianças com a Internet e os contextos em que se realiza é ainda muito reduzida por parte da comunidade académica das Ciências da Comunicação portuguesa e escasseiam ainda mais estudos de cariz multidisciplinar. Neste sentido, para dar resposta à vasta agenda de necessidades e desafios identificados neste levantamento de pesquisas, será certamente relevante o desenvolvimento de trabalhos de investigação que incorporem quadros teóricos provenientes das Ciências da Comunicação e de outras áreas científicas, e que cruzem metodologias qualitativas e quantitativas.

O fenómeno da adição à Internet, as condutas de risco nos *chats* (transmissão de dados pessoais que possam permitir a localização, assim como o encontro “às cegas” com estranhos), a questão dos menores como protagonistas de condutas ilegais (*download* ilegal de filmes e músicas através das redes P2P), a mediação parental e escolar, o conhecimento e as estratégias dos professores para lidarem com o plágio e o uso acrítico da Internet, as práticas no contexto escolar, assim como o acesso à Rede em ciber-centros (há uma absoluta falta de controlo e regulamentação destes locais relativamente à presença de menores), são áreas de análise pouco estudadas e que poderão permitir ter um conhecimento mais aprofundado sobre a ligação das crianças e dos jovens com as novas tecnologias, para além dos seus riscos e oportunidades.